



CONGRESSO NACIONAL

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas	
Recebido em	09/08/2011 às 17:45
Assinatura	Matr.: 47263

MPV-540

00079

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 09/08/2011	proposição Medida Provisória nº 540, de 02 de agosto de 2011
Autor Deputado Angelo Vanhoni PT/PR	nº do prontuário 453
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> X aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página 01 de 01	Art. 17º Parágrafo Inciso II Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Altera o Artigo 7º da presente Medida Provisória, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º Até 31 de dezembro de 2012, a contribuição devida pelas empresas que prestam os serviços de tecnologia da informação - TI e tecnologia da informação e comunicação - TIC, referidos no § 4º do art. 14 da Lei no 11.774, de 2008, e que prestam serviços de suporte técnico em equipamentos de informática em geral, incidirá sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento). (Vigência)

Parágrafo 1º. - No caso das empresas de TI e TIC que se dediquem a outras atividades, além das previstas no caput, o cálculo da contribuição obedecerá à formula disposta nos incisos I e II do Parágrafo único do Art. 8º.

Parágrafo 2º. - Durante a vigência deste artigo, as empresas abrangidas pelo caput não farão jus às reduções previstas no caput do art. 14 da Lei no 11.774, de 2008.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 7º da presente MP objetiva desonerar a folha de pagamentos das empresas que prestam os serviços de tecnologia da informação (TI) e tecnologia da informação e comunicação (TIC).

Na definição dos serviços de TI e TIC abrangidos, o art. 7º da MP faz referência ao art. 14 da Lei 11.774, que tinha como objetivo fomentar a exportação de serviços de TIC. Desse modo, o art. 14 da Lei 11.774 não contempla os serviços de suporte técnico em equipamentos de informática em geral, pois esses serviços são prestados basicamente no mercado interno.

Assim, a emenda proposta inclui os serviços de suporte técnico de equipamentos de informática entre os serviços de TIC beneficiados com a desoneração de encargos trabalhistas, promovendo a formalização em um segmento onde há grande incidência da informalidade nas relações de trabalho.



A nova redação proposta também exclui a palavra “exclusivamente”, que dá margem a uma interpretação muito restritiva do que é uma empresa de TI ou de TIC, levando a sua exclusão da nova regra de desoneração da folha. Ocorre que uma empresa de TI, frequentemente, tem em seu interior atividades correlacionadas, mas não estritamente de software e serviços. Um exemplo são as grandes empresas de TI que originalmente fabricavam computadores e que, ao longo do tempo, passaram a desenvolver software e a prestar serviços de TI. De igual modo, a introdução do Parágrafo 1º no presente artigo atende ao objetivo de estabelecer um critério justo e adequado de discriminação do cálculo da contribuição relativamente às atividades previstas no caput do Art. 7º, referenciado no Art. 14 da Lei 11.774.

PARLAMENTAR

Deputado Angelo Vanhoni
PT/PR

Angelo Vanhoni

A

